

RELAÇÕES EXTERIORES

Devolução para superar crise

Além do protesto entregue ao embaixador em Assunção, Paraguai quer de volta espólios da guerra — dois canhões que estão no Rio

» FABIO GRECCHI
» ARMANDO HOLANDA

O embaixador brasileiro em Assunção, José Antonio Marcondes de Carvalho, recebeu ontem uma nota de protesto no qual o governo paraguaio “rejeita” as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que em evento em 24 de julho, em Jacareí (SP), disse que a guerra que envolveu Brasil e Paraguai começou quando o país vizinho invadiu o território nacional, no século XIX.

A afirmação abriu um mal-estar diplomático, uma vez que os paraguaios têm uma interpretação diferente do que foi o conflito e o consideram, ainda hoje, uma ferida não cicatrizada. Por conta disso, no documento entregue pelo vice-presidente Pedro Alliana e pelo chanceler Rubén Ramírez Lezcano, o governo de Assunção também quer a devolução de troféus de guerra e acesso a registros históricos do governo brasileiro sobre a guerra que até hoje são confidenciais.

Segundo o comunicado divulgado pela chancelaria paraguaia, Alliana e Lezcano afirmaram que o Brasil e o Paraguai são países “irmãos”, mas que o documento entregue a Marcondes de Carvalho seria o caminho para “fechar definitivamente as feridas” da guerra. “O governo do Paraguai entregou (no encontro com o embaixador) uma nota na qual expressou seu desagrado e seu absoluto repúdio às recentes declarações do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva sobre episódios da Guerra da Tríplice Aliança”, diz trecho do comunicado divulgado pelo governo paraguaio.

Porém, o documento entregue ao embaixador frisa que “as manifestações (do presidente Lula) representam de maneira distorcida feitos históricos de singular

Fotos: Museu Histórico Nacional



Canhão “Presidente López” homenageia o pai de Solano López e é parte do acervo do Museu Histórico Nacional



As manifestações (de Lula) representam de maneira distorcida feitos de singular relevância para o povo paraguaio. A história de ambas nações devem ser abordadas com responsabilidade”

Trecho do protesto paraguaio

relevância para o povo paraguaio e enfatiza que os acontecimentos que marcaram profundamente a história de ambas nações devem ser abordadas com responsabilidades, respeito recíproco e espírito de reconciliação”.

Só que os paraguaios deixaram claro que, apesar de quererem avançar para superar o mal-estar, consideram que a situação só estará pacificada com a devolução dos canhões “Presidente López” e “El Cristiano”, e de outros troféus de guerra em posse do Brasil depois da vitória no conflito. Querem, ainda, acesso a documentos classificados do governo brasileiro sobre o conflito, que dizimou aproximadamente 70% da população

paraguaia. A guerra terminou com a prisão e morte do ditador Francisco Solano López, morto pelo cabo brasileiro José Francisco Lacerda, conhecido como Chico Diabo, na Batalha de Cerro Corá, em 1º de março de 1870.

Os dois canhões estão expostos no Museu Histórico Nacional (MHN), no Centro do Rio de Janeiro. Um deles foi batizado de “El Cristiano” porque o bronze utilizado na construção foi retirado de vários sinos das igrejas paraguaias. O “Presidente López” homenageia Carlos Antonio López, que governou o Paraguai a partir de 1840. Foi o primeiro presidente constitucional do país e é pai



O canhão “El Cristiano” foi feito com o bronze das igrejas paraguaias

de Francisco Solano, que viria a comandar os paraguaios durante a guerra.

Conversa e distensão

A operação diplomática para conter o desgaste incluiu uma conversa telefônica entre Lula e o presidente Santiago Peña e um pronunciamento do embaixador paraguaio no Brasil, Juan Ángel Delgadillo, em defesa da condução adotada pelo governo de seu país.

Na quinta-feira, Lezcano informou que os dois presidentes reafirmaram o interesse em preservar a relação bilateral, considerada estratégica. O telefonema foi interpretado pelo governo paraguaio

como parte dos esforços para encerrar o ruído diplomático.

“A dignidade do Paraguai não é negociável. Quero que saibam que, sob a liderança do presidente Santiago Peña, abordamos esta questão ao mais alto nível desde o início. A diplomacia tem seu próprio tempo e procedimentos, e acreditem, a serenidade do presidente tem sido fundamental para gerir esses tempos e procedimentos”, afirmou o embaixador.

Do lado brasileiro, a avaliação de diplomatas é de que o contato direto entre os dois presidentes contribuiu para reduzir a tensão e impedir que o episódio produzisse efeitos mais amplos sobre a agenda bilateral.

»Entrevista | JOAQUIM FALCÃO | JURISTA E MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

“O povo despreza o político”

» LUÍZA ALTOÉ

Para o jurista e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), Joaquim Falcão, as autoridades públicas se tornaram uma oligarquia, usando o próprio aparelho estatal para se beneficiar, se proteger e se perpetuar no poder. Essa é a tese do livro A Oligarquia dos Poderes e a Crise da Democracia, que lançou no início de julho o livro. Ex-integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Falcão adverte que “a normalidade que está se construindo é antidemocrática”. Ele considera que há uma espécie de pacto entre os Três Poderes, resultado de uma independência e discordância seletiva, que desencadeou em uma ruptura na democracia. Falcão observa que o escândalo do Banco Master pode ser considerado o ápice de um sintoma: de que as instituições brasileiras não funcionam. Leia a seguir a entrevista concedida ao Correio.

Uma população omissa, que não fiscaliza e não cobra as autoridades, é responsável por esse cenário?

Não existe, basicamente, uma educação cívica, igualitária e conscientizadora. Isso tudo mexe na mobilização dos eleitores. Os eleitores acreditam na Constituição, que seria uma espécie de sonho, de desejo. E quando não recebe o que a Constituição promete, o povo fica com um certo desprezo. Ou seja: os políticos desprezam o povo e o povo despreza o político. Essa é uma das consequências dessa captura da democracia pelos Três Poderes.

O senhor afirma que a ameaça à democracia vem de um “conluio” entre os Três poderes.

O que nós estamos vendo hoje é essa disputa. O Judiciário, Legislativo e o Executivo fizeram um conluio, uma amálgama, em que eles querem se impor, permanecer e ampliar este poder sobre os eleitores. Tem vários pedidos de impeachment contra ministros do Supremo no Congresso, que não julga. O Supremo também não julga e nem condena vários políticos. Pode ser uma coincidência, mas é uma coincidência muito grande. A omissão em exercer os poderes de freios e contrapesos é um dos problemas mais graves que a gente tem. A função principal de um Supremo é preencher esse vácuo das relações sociais com a paz. O Supremo é aquele que resolve conflitos, mas o que está ocorrendo é que o Supremo está aumentando os conflitos, a insegurança jurídica, a imprevisibilidade econômica e a instabilidade social.

Como, então, romper esse “conluio”?

Fiscalizado por quem? Quem fiscaliza o fiscal? Esse é o problema. O que nós vemos hoje é um Brasil instigado por mais conflitos, o conflito da impunidade. Não julgar é criar conflitos. Deixar pessoas impunes é criar e estimular conflitos. É não cumprir com a missão básica da democracia e do Supremo, que é a paz. O que é o mais importante é o (ministro) Alexandre de Moraes terminar com essa investigação de fake news, que dá a ele o que erradamente foi dado pelo (ministro Dias) Toffoli — poderes que ninguém tem. Esses poderes, mesmo revestidos pela ideia de proteger a democracia, são excessivos. O

Rafaela Cassiano



A função principal de um Supremo é preencher esse vácuo das relações sociais com a paz. O Supremo é aquele que resolve conflitos, mas o que está ocorrendo é que o Supremo está aumentando os conflitos, a insegurança jurídica, a imprevisibilidade econômica e a instabilidade”

Supremo não é um ministro, são 11.

Um Código de Ética ou impeachment de ministros do Supremo é uma solução?

O importante do Código de Ética é quem vai fazer cumprir. Esse é o problema. O Supremo, em geral, acha que encerra a sua missão ao fazer uma interpretação constitucional. Não deveria ser assim. Eu começaria esse código — que

é uma tarefa boa do (ministro Edson) Fachin, porque ao menos coloca em pauta esse problema — sob o seguinte (aspecto): quem vai julgar o código?

O escândalo do Banco Master é o ápice dessa crise da democracia?

É o ápice, mas logo vão ter outros ápices se você não fizer uma reforma estrutural. Há mais de dois

anos que isso está nas páginas dos jornais. A mídia está cumprindo seu papel, mas as instituições não funcionaram. É como um vírus que foi se espalhando. Se perguntar hoje à população o que vai ocorrer com o Banco Master — apesar de todos os esforços do (ministro André) Mendonça, que são grandes e positivos —, a população acha que vai ter um acordão. É o desprezo de uns diante do desprezo de outros.

PROTESTO

OAB repudia comentário de Lula sobre criminalistas

A Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP) emitiu uma nota de repúdio depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmar, na quinta-feira, que advogados criminalistas “não sabem defender inocentes”. Lula deu a declaração durante entrevista exclusiva ao podcast Inteligência Ltda.

Questionado pelo comediante e apresentador Rogério Vilela por que não contratou um advogado do direito criminal, na época em que foi preso, em 2018, Lula respondeu: “Criminalista defende bandido”.

A OAB-SP classificou a fala do presidente como preconceituosa e inaceitável. Ainda negou que profissionais da área sejam defensores do crime, e sim de garantias fundamentais dos cidadãos. “Defende a Constituição, o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório.”

Segundo a nota da OAB-SP, o comentário do presidente “reflete um preconceito inaceitável quanto à função da advocacia criminal e preocupou ainda mais quando difundida pelo presidente da República. O advogado criminalista não defende o crime; defende (...) garantias fundamentais asseguradas a todos os cidadãos”.

A manifestação da OAB-SP frisa, também, que “ao reforçar esse estigma, a declaração (de Lula) contribui para a desinformação da sociedade e enfraquece o Estado Democrático de Direito.”

Enquanto esteve preso, o presidente foi defendido pelo então advogado civilista Cristiano Zanin, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal e indicado pelo próprio presidente em 2023.